EDITORIAL

Atrasos no cronograma de obras da Copa preocupam

A crônica de atrasos que tomou conta de Fortaleza ganhou mais um capítulo com a alteração de prazos para o início das obras com vistas à preparação da cidade para a Copa de 2014. Inicialmente previstas para começarem já este mês, das obras prioritárias, apenas o estádio Castelão está até agora passando por reformas.

Por enquanto ainda estão sendo providenciados os trâmites legais para a elaboração dos editais de licitações das demais intervenções previstas e a expectativa, segundo a Prefeitura de Fortaleza, é que até o fim do primeiro semestre deste ano já se possam iniciadas algumas dessas obras. Nesse sentido, a boa notícia é que de acordo com a gestão municipal, os recursos estão assegurados, faltando todavia, a liberação dessas verbas.

A Prefeitura assegura ainda que mesmo com a alteração nos prazos de início das obras, há a garantia de término no mesmo período anteriormente estipulado (dezembro de 2012), a tempo de Fortaleza receber a Copa das Confederações de 2013. Mas apesar da tranquilidade aparentada pelo Município em relação ao cumprimento dos prazos é inegável que a mudança do cronograma anteriormente estabelecido é motivo de alerta para os gestores e preocupação para o fortalezense. Não é de hoje que estamos a enfrentar alterações quanto a prazos de obras em nossa cidade ultimamente, sendo que no tocante a Copa de 2014 isso é mais grave ainda, já que sabe-se, a cobrança no que diz respeito a isso é rigorosa.

A boa notícia, segundo a gestão municipal, é que os recursos estão assegurados

O ideal, portanto, é que não estivéssemos vivenciando o elastecimento de prazos para o início das obras consideradas prioritárias. Mesmo porque não são somente as condições de trafegabilidade que vão requerer energia do poder público para atender às demandas da organização da Copa de 2014. O que se nota é que algumas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza estão mais adiantadas do que a Capital em termos de atendimento a essas demandas.

Comente nosso editorial » opiniao@opovo.com.br

CHARGE DO CLAYTON

Comente a charge » charge@opovo.com.br

ARTIGOS

O lava a jato: resposta urgente

Adísia Sá
adisia@secrel.com.br

Jornalista

Não sou daquelas pessoas que, mesmo agredidas/injuriadas, dão o silêncio como resposta. Não, não sou "educada" suficientemente para ficar indiferente a ofensas. Vou à luta em defesa de meu nome e de meu auto respeito. Receber pacificamente críticas é outra coisa – é reconhecer o direito do "outro" de discordar de opiniões contrárias às suas.

Quando o caminho tomado ou seguido pelos "críticos" atinge dignidade, respeito, nome e imagem, a reação é proporcional à ação. Esse é, aliás, princípio grafado na Constituição: "é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem" (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º , V) e dispositivo do Código de Ética do Jornalista: "Promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável" (Capítulo III, Artigo 12, VI)

Levando em considerações esses valores, choca-me o silêncio de figuras cearenses citadas nominalmente na revista *Veja* como agentes de escândalos de "lavagem de dinheiro". São figuras de projeção na sociedade, nos negócios, no mundo empresarial. São entes públicos e, como tal, guardiões de suas imagens e de suas reputações.

Não tenho lido ou ouvido nada dessas pessoas em autodefesa, tampouco informações sobre medidas tomadas no âmbito da Justiça. Tomam o caminho do silêncio como se o calar limpasse a honra maculada e o nome conspurcado.

O silêncio vai rolar no tempo e chegará às futuras gerações, filhos, netos, bisnetos dos acusados: "sabe de quem?"... e a ladainha será rezada.

O silêncio é sopro que alimenta a fogueira da maledicência e da desonra.

ESCREVE ÀS TERÇAS

O despertar da diferença numa manhã do POVO

Mauro Oliveira
email@opovo.com.br

PhD em Informática e presidente do Conselho Administrativo do Pirambu Digital

Pense naquele dia em que tudo dá errado, tipo uma manhã no Detran sem despachante. Agora imagine uma manhã tinindo de boa, palavras que fazem bem ao espírito, pessoas que você gosta de ver; tudo isso numa sexta-feira de sol. Pois bem, foi assim a solenidade de 83 anos do nosso jornal. **O POVO**.

Dos corredores já dava para sentir a determinação ante os desafios, embarcados na fidelidade à tradição, vindos do punho daquela mulher que martelava no ar sua convicção, feito Octávio Augusto, herdeiro de Roma. Teria ela dito, com os trejeitos legitimados no DNA de Demócrito: "**O POVO** é uma casa de ousadias e alegrias". "É a cumplicidade com o leitor", completaria Valdetário, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil secção Ceará.

Foi bom demais! Vânia me colocou em dia seus projetos com os índios; Ferrúccio sorriu-me como quem garante a Copa de 2014; Baltazar fez piadas velhas com minhas muletas novas; Nelson disse-me de seus planos com os jovens na Secretaria de Desenvolvimento Agrário e perguntou-me sobre o Pirambu Digital; abracei Ubiratan, Judicael, Bosco e Marcelino; conheci a Manoella; convidei o Plínio, o Élcio e o Jocélio para uma festa lá em casa.

Reverenciei o mestre Bonavides, meu aluno de informática por um dia (está no meu *curriculum vitae*); tentei, sem sucesso, ser reconhecido pela Adísia (mas valeu só ter visto a "Dama das Letras"). Estava radiante, como todos! Myrson, então, me intimou para uma carona amiga.

Antes de partir, cumprimentei a anfitriã. Nosso abraço demorou mais do que nossas palavras! Não precisei dizer-lhe de Demócrito, que sempre nos recebia com um abraço por cima do ombro, e nos conquistava com seu sorriso abastado em recorrentes sonhos, coloridos com a ousadia de sua inventiva, tal qual a filha, estonteante em sua manhã festiva.

Não precisei dizer-lhe: "Imagine o Ceará sem **O POVO**". Todos o disseram naquela manhã.

ESCREVE MENSALMENTE

Do direito à cidade ao direito à moradia

Lígia Melo
meloligia@gmail.com

Advogada, mestre em Direito Urbanístico e autora do livro *Direito à moradia no Brasil*

O direito à cidade permeia desde a possibilidade de por ela transitar, ter acesso a lazer, esporte e cultura, até o acesso à moradia digna. Tais bens e valores sociais que se viabilizam por meio da prestação de serviços, obras públicas e políticas de promoção dos direitos correspondem aos interesses de todos os brasileiros.

Ao poder público cabe a execução de tarefas que promovam condições de vida digna a todos, não podendo ser viabilizada sem um formato de planejamento urbano eficiente que leve em consideração a estrutura administrativa do ente federativo e as condições para por em prática ações capazes de corresponder às necessidades diárias de quem reside ou precisa residir, transitar e trabalhar nos centros urbanos.

Nos últimos oito anos, ainda que aquém do necessário, assistiu-se a uma série de conquistas na área urbanosocial envolvendo o fortalecimento e a construção de marcos legais sobre a questão urbana. A acessibilidade do direito à cidade foi reconhecida como política pública necessária e urgente, empreendida com força ainda não vista na história do País.

Tal declaração encontra apoio, especialmente, na Lei n.º11.977/09 - programa *Minha Casa Minha Vida*, que institucionaliza a política pública nacional de promoção do acesso à moradia. A lei trata não só da questão presente e futura sobre o acesso à moradia digna com a produção de unidades habitacionais como trata de questões pretéritas: ocupações irregulares de áreas, públicas ou privadas, para fins de moradia.

Atualmente, a previsão legal da regularização fundiária responde aos apelos em dar soluções reais e efetivas à questão dos assentamentos irregulares autoproduzidos que assoberbam as cidades, ocupando áreas, muitas das vezes, ambientalmente inadequadas à presença humana. A regularização é um direito à intervenção transformadora da realidade excludente e segregacionista.

Com a lei, a regularização consiste em um rol de medidas que visam garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das cidades e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A construção de uma sociedade justa e solidária se dá com a redução das desigualdades sociais, da pobreza e da marginalização, o que não é possível sem garantir o acesso à moradia para aqueles que não possuem condições para, por si só, alcançá-la efetivamente. Eis o desafio para os novos mandatos: dar continuidade ao que já está em andamento, aprimorar o que existe e dar início ao que ainda não foi feito.

Fala,cidadão

83 anos
Felicito toda família do Grupo O POVO, através da senhora presidente, pelos 83 anos em que essa grande herança do baluarte da imprensa Demócrito Rocha vem servindo ao nosso Ceará e ao Brasil, no engrandecimento da comunicação e da cultura em nosso país.

Renato Freitas. Fortaleza - CE

Obras
As leis, justas ou não, existem para serem cumpridas. Infelizmente, o poder público usa e abusa delas. Exemplos podem ser constatados pela existência de obras abandonadas que, por questões judiciais, não pode ser utilizadas pelo povo. Será que existem leis determinando que toda obra pública construída ilegalmente tenha o abandono e sua total ruína como destino final? Não creio. Os órgãos fiscalizadores do correto emprego do erário deveriam usar o bom senso: ao tempo em que se apuram responsabilidades, liberar para uso do povo aquilo que com o seu dinheiro foi construído.

José Admir de Paula. Paracuru - CE

Aeroporto Pinto Martins
Aprovo a amostragem feita pelo Fantástico. Uma coisa é certa: se somos rota de tráfico para a Europa é porque somos fracos em termos de segurança nos aeroportos. Nossa esperança é o que poderá ficar após a Copa.

Cesar Marques de Carvalho. Comentando no portal www.opovo.com.br a matéria "Aeroporto Internacional Pinto Martins é reprovado em teste do Fantástico"

Ciclista
Fico muito consternado quando leio notícia de morte de ciclistas na Capital. Precisa é educar toda essa gente, inclusive mostrar o quão perigoso é trafegar na contramão, visto que em caso de impacto as velocidades contrárias se somam, e o ciclista levar a pior.

Eduardo Pinheiro. Comentando no portal www.opovo.com.br a matéria "Ônibus mata ciclista no Centro"

Editorial
Luizianne pouco fez, diz, felizmente, o editorial do **O POVO**, referindo-se à calamidade das inundações na Capital. Cidade surpreendentemente plana, quase sem drenagem, vítima da ocupação desordenada, irregular, Fortaleza conta com a sucessiva irresponsabilidade, omissão da Prefeitura para compor o infernal cenário urbano em que ensaia, todos os dias, o seu papel, entre metrópole e acampamento vulgar, sem identidade, sem governo, sem rumo. Urge que a imprensa e os institutos de defesa da cidadania ousem indigitar os problemas da cidade e da má administração para que se construam soluções para Fortaleza já.

Célio Facó. Fortaleza-CE.

As cartas deverão ter no máximo 15 linhas - com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos, e **O POVO** se reserva o direito de selecioná-los para publicação.

O POVO
FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928 POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE E EDITORA: Luciana Dummar
DIRETOR-GERAL DE JORNALISMO: Arlen Medina Néri
DIRETORA-EXECUTIVA DA REDAÇÃO: Fátima Sudário
EDITOR-CHEFE-EXECUTIVO: Erick Guimarães
GERENTE-GERAL DE OPERAÇÕES: Edson Barbosa
GERENTE-GERAL DO COMERCIAL: Magda do Vale
GERENTE DE PESQUISA E ANÁLISE: Valéria Jauer
GERENTE DO INDUSTRIAL: Walter Brasil
GERENTE DE MARKETING: Marina Vieira
GERENTE DE TI: Alexandre Penha
BANCO DE DADOS: Maria Teresa Ayres
EDITOR-SÊNIOR: Valdemar Menezes

CONSELHO EDITORIAL: Adísia Sá, Cláudio Ferreira Lima, Dialahy Beterra de Menezes, Evaristo Linhares, Raldo Nilo, Francisco José de Lima Matos, Lino Vilaventura, Maria Lúcia Rocha Dummar, Manfredo Oliveira, Paulo Bonavides, Pedro Henrique Saraiva Leão, Plínio Bortolotti, Raimundo Padilha, Roberto Macêdo, Sérvulo Esmeraldo, Simone Souza, Valdemar Menezes e Wânia Cycne Dummar

OMBUDSMAN: Paulo Rogério

OP GRUPO DE COMUNICAÇÃO O POVO

PRESIDENTE Luciana Dummar
VICE-PRESIDENTE João Dummar Neto
DIRETORIA GERAL
JORNALISMO Arlen Medina Néri
OPERAÇÕES André Almeida
MÍDIA DIGITAL Demócrito Dummar Filho
COMERCIAL Maria Dondeel
MERCADO LEITOR Victor Chalfi
DIRETOR INSTITUCIONAL Plínio Bortolotti

GALERIA DE PRESIDENTES DO O POVO

Demócrito Rocha 1928 - 1943 | Paulo Sarasate 1943 - 1966 | Creuza Rocha 1968 - 1974 | Albanisa Sarasate 1974 - 1986 | Demócrito Dummar 1985 - 2008

ATENDIMENTO AO LEITOR E ASSINANTE
CENTRAL DE RELACIONAMENTO: 3254 1010
CENTRALDERELACIONAMENTO@OPOVO.COM.BR
OMBUDSMAN: 3255 6185 . Email: ombudsman@opovo.com.br
POPULARES: 3254 1010 / DIRETORIA: 3255 6001/3255 6019

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA. - Aeroporto Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek; Setor de locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04, CEP: 71608-900 - Brasília/DF. Telefone (0xx61) 364 9900. Fax (0xx61) 364 9901. E-mail: diadist@diadistribuidora@uanmidia.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado, Agência Folha, Agência AFP e Sport Press.

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ: segunda a sábado: R$ 2,00; domingo: R$ 2,50. Outros Estados do Nordeste: segunda a sábado: R$ 3,00; domingo: R$ 5,00. Outros Estados: segunda a sábado: R$ 4,00; domingo: R$6,00. Assinatura: Anual: R$ 744,00; Semestral: R$ 372,00; Trimestral: R$ 186,00; Anual Executiva: R$ 512,00; Semestral Executiva R$ 256,00; Anual Light: R$ 224,00; Semestral Light: R$ 120,00.

WORLD ASSOCIATION OF NEWSPAPER | ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS | MEMBRO FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS-ANJ | FILIADO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO - IVC | SÓCIO DA SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA-SIP

SEDE EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A. • Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora - CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3255 6000 - CNPJ: 01.322.565/0001-62. http://www.opovo.com.br